



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

PROCESSO : 0013828-43.2021.6.05.8000
SECRETARIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E DE SERVIÇOS
INTERESSADO : COORDENADORIA DE OBRAS E MANUTENÇÃO PREDIAL
SEÇÃO DE PROJETOS E OBRAS
SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL
ASSUNTO : Declara certame fracassado

DECISÃO nº 1931439 / 2022 - PRE/DG/ASSED

1. Cuidam os autos de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de pessoa jurídica, cujo objeto social contemple a execução de serviços na área de arquitetura e/ou engenharia, para prestação de serviços técnicos especializados ao Tribunal Regional Eleitoral da Bahia (TRE-BA), com cessão de mão de obra residente, por meio da alocação de 8 (oito) postos de trabalho ocupados por profissionais da área de arquitetura e/ou engenharia, para desempenho de atividades de análise, elaboração e/ou desenvolvimento, detalhamento e compatibilização de projetos; análise e elaboração de orçamentos; execução, acompanhamento e/ou fiscalização de obras e serviços de engenharia e análise e/ou elaboração de laudos e pareceres técnicos, abrangendo, ainda, a prestação de consultorias técnicas e de outros serviços técnicos eventuais.
2. Após instrução da fase interna da licitação, esta Unidade Diretiva autorizou a abertura do certame, documento n.º 1887206.
3. Após realização do procedimento, os autos foram encaminhados para análise e apreciação.
4. Quanto ao procedimento licitatório, não obstante a tentativa de realização do certame para contratação do objeto de que trata o presente expediente, verifica-se que o mesmo não logrou êxito. Deste modo, com base na análise da ASSED, documento n.º 1931280, relatório final do pregoeiro, documento n.º 1928339, e com amparo nos arts. 13, VI, do Decreto n.º 10.024/2019, e nas atribuições do art. 123, V, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, declaro fracassada a licitação realizada por meio do Pregão Eletrônico n.º 14/2022.
5. Consequentemente, deverá a unidade de mandante se manifestar sobre interesse na contratação e, em sendo o caso, adotar as providências necessárias à realização de nova licitação, momento em que deverá avaliar as causas do insucesso do presente procedimento.
6. Ao NUP e à SGA, para ciência e providências.

RAIMUNDO VIEIRA

Diretor-Geral



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo de Campos Vieira, Diretor Geral**, em 12/05/2022, às 14:38, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1931439** e o código CRC **BC0F79CF**.

0013828-43.2021.6.05.8000

1931439v4